

EDITORIAL

Retomamos, neste ano de 2019, a publicação do nosso Boletim informativo. Neste número, notícias da apresentação de Exílios.2 na AJA em Lisboa no dia 28 de Março passado. Sessão muito animada com um debate muito rico e participado. O livro foi apresentado por Carlos Neves e João Madeira, historiador, cuja intervenção anexamos na página 3. A AEP61-74 realizou a sua Assembleia Geral com aprovação do relatório e Contas e com debates muito participados sobre a questão dos sócios honorários, do 6º Encontro em Agosto em Vilar Formoso e, ainda, sobre a criação de uma bolsa de contadores de histórias de exílio. Igualmente debatida a importância de contactos com escolas e bibliotecas na preservação das memórias do exílio. Estão a ser desenvolvidas algumas iniciativas nessa área das quais iremos dando conta.

No dia 7 de Março fomos recebidos pelo grupo parlamentar do Bloco de Esquerda, composto pelo

vice presidente, José Manuel Pureza e pelo dirigente de Bloco, Luís Fazenda. A delegação da AEP61-74 era composta por quatro elementos dos corpos sociais.

Convidaram-nos para uma conversa informal, onde foram focados os objectivos e actividades da Associação, bem como alguns projectos em curso. Foi salientado pelas duas partes a importância da questão da guerra colonial e dos desertores, que não tem sido devidamente tratada.

O Bloco manifestou abertura para uma futura participação em eventos a realizar nas instalações da Assembleia da República, nomeadamente na realização de uma exposição e um debate, sobre o tema, a programar.

Após esta reunião consideramos que são importantes mais contactos com outras forças parlamentares de esquerda.



Imagens da apresentação na AJA



Imagens da apresentação na AJA



AG 30 de Março foto de Carlos Ribeiro



Uma última nota a solicitar, aos associados que o não têm feito, o pagamento das quotas. 24 meses sem pagar pode equivaler à anulação da condição de associado.

Exílios.2 Testemunhos de exilados e desertores portugueses (1961-1974) s.l., AEP61-74, Associação de Exilados Políticos Portugueses, 2017

Quero agradecer à Associação de Exilados Políticos Portugueses o convite para apresentar o segundo volume de Exílios.

O interesse que este volume, editado em 2017, como aliás também o anterior, de 2016, continua a despertar e a justificar a realização destas sessões é notável e queria justamente começar por sublinhar este facto.

É que, na realidade, o tema dos exílios foi durante largos anos objecto apenas de um raro e contido interesse jornalístico, longe dos trabalhos académicos, que praticamente ignoravam o tema ou o consideravam extravagante e irrelevante no quadro da História Contemporânea.

O tema ficava, e creio bem que continua a ficar, ainda mais longe dos discursos oficiais, como que emparedado entre duas guardas sempre desconfiadas e empenhadas na legitimação histórica das suas narrativas.

Os militares, por um lado. Os militares que tiveram um papel decisivo tanto no derrube da ditadura como na prolongada guerra colonial, que foi, como bem se sabe, o factor que a partir dos anos 60 mais determinou o exílio político, por refração ou deserção. A hierarquia militar esteve comprometida com a guerra, com as práticas mais abjectas da contraguerrilha e com o conluio com a PIDE nas colónias. E seria essa hierarquia, sobretudo as suas patentes intermédias de carreira, quem viria a fazer o 25 de Abril. O incómodo era, por isso mesmo, evidente.

Por outro, os guardiões das memórias autolegitimadas do combate anti-fascista, para quem a emigração política ou o exílio sempre constituíram um incómodo, incontornável é certo, mas incómodo, pois considerá-lo enfraqueceria a asserção, que nem por isso deixava de ser verdadeira, de que era no interior do país que o combate se fazia ou devia fazer.

E, neste âmbito ainda, a representação de uma espécie de oposição pura na sua unidade e no seu combate, com a qual o ambiente do exílio tinha dificuldade em se compatibilizar, com as suas dissensões e querelas, frequentemente agressivas, sectárias e não raras vezes profundamente fraticidas.

A realidade, da qual a História, ao construir-se, se procura aproximar, é o que é e, do meu ponto de vista, nenhum destes aspectos mancha a importância da deserção no combate à guerra colonial ou do próprio exílio político, particularmente no trabalho de esclarecimento, organização e mobilização tanto dos desertores e refractários como dos milhares e milhares de emigrantes económicos na Europa capitalista do tempo.

Porém, nos últimos anos, a situação tem vindo a mudar. Se me lembrar que o Colóquio sobre Exílios contra a ditadura, que organizei em Maio de 2010 com a Susana Martins no Instituto de História Contemporânea, não só teve uma assistência muito modesta, como foi, de algum modo, olhado com estranheza pela “menoridade” do tema e verificar hoje o interesse que suscita na sociedade e na própria academia, não se pode deixar de concluir dessa mudança.

Creio mesmo que uma nova geração de projectos de investigação, muito centrados na deserção e na questão da guerra colonial, agora generosamente financiados pela União Europeia, como o que é desenvolvido pelo Miguel Cardina no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra é em larga medida resultado desta redescoberta do tema e do seu interesse.

Mas, é preciso dizê-lo, e sem nenhuma ambiguidade, que o livro que nos traz aqui, como o anterior, são resultado do esforço e da iniciativa da Associação de Exilados Políticos Portugueses, iniciativa exterior à Academia e aos poderes públicos, iniciativa cívica de recolha e divulgação da memória, que tem mobilizado vontades e entusiasmos em torno de experiências e histórias de visa tão marcantes quanto difíceis, a todos os níveis difíceis.

É aliás fundamentalmente isso que distingue este volume de Exílios, como aliás o primeiro, de outras iniciativas editoriais, igualmente importantes, naturalmente, como À Espera de Godinho,

uma edição da Bizâncio de 2009 que labora sobre as memórias de um conjunto de exilados, cujas carreiras os reencontram num ambiente desafogado em Bruxelas muitos anos depois, ou A Pátria Utópica, uma outra edição da Bizâncio de 2011, sobre o chamado grupo de Genebra.

Exílios é o primeiro grande reportório, creio que ainda em curso, à espera do 3º volume, arrisco eu, em que com carácter sistemático e pela primeira vez se valorizam as experiências de exílio decorrentes da deserção como recusa à guerra colonial, reportando-se aos territórios de exílio como espaços de solidariedade, de denúncia da ditadura e da guerra e de combate político imediato. Trazer para a esfera pública, para as batalhas pela memória, a realidade da deserção é, do meu ponto de vista, absolutamente relevante.

Essa realidade foi juntamente com as experiências de luta armada ocorridas nos anos 60 e inícios de 70, dos aspectos mais incómodos na construção das memórias legitimadoras e autolegitimadoras da resistência contra o fascismo e em boa medida também expressão da emergência de novas correntes e organizações de esquerda, radicais, que defendiam abertamente a deserção, com armas sempre que possível, como forma aberta de recusar a guerra colonial.

É certo que o exílio não nasceu com a deserção à guerra colonial, não sendo por isso um fenómeno propriamente novo em Portugal, mas a guerra colonial reconfigurou efectivamente o exílio, trouxe às primeiras linhas da luta política a insubmissão face à guerra.

Francisco Martins Rodrigues, que ao abandonar o Partido Comunista Português, protagonizara uma das mais importantes dissidências comunistas em Portugal, depois de regressar de Moscovo em 1963, vindo de uma reunião do Comité Central em divergência aberta com Álvaro Cunhal, impedido pelo partido de regressar a Portugal e fixado em Paris a controlar a minúscula organização, deparou-se nas reuniões com jovens desertores do exército colonial, radicalizados e críticos face à orientação partidária que consideravam muito branda e vislumbrou aí a base militante com que empreenderia a construção de novas organizações à esquerda do Partido Comunista, cujo percurso, mesmo tortuoso e áspero, se fez de modo muito expressivo e intenso no exterior, justamente nos meios do exílio e da emigração.

E o fundamental das experiências de vida e de património militante que impulsionam a edição de Exílios, deste volume que aqui se apresenta, como do primeiro, reporta-se justamente ao desenvolvimento multiforme deste processo e ao enquadramento directo ou indirecto proporcionado por uma dessas organizações. Refiro-me naturalmente ao processo de cisão no CMLP operado em França, que dá origem ao grupo organizado em torno do jornal O Comunista e à sua fusão com o grupo O Grito do Povo, processo a que de algum modo se refere neste volume o testemunho de Jorge Marques Gomes.

No entanto, há neste segundo volume, uma interessante evolução em relação ao primeiro. Refiro-me à inclusão de depoimentos que estão fora daquela órbita restrita, como o posfácio de Ana Benavente e as suas ligações ao grupo de Genebra; como os depoimentos de Álvaro Miranda e Óscar Figueiredo no pouco conhecido exílio britânico, fazendo a ponte entre diferentes gerações de exilados, em que pela primeira vez se coloca a questão colonial ainda antes da eclosão da guerra e os múltiplos laços que se estabelecem com os movimentos de solidariedade anti-colonial e com o próprio movimento sindical inglês; como o testemunho de José Barros sobre as organizações periféricas do chamado PCP(M-L); como a experiência de José Pinto Carvalho ou Joaquim Nunes

a partir da militância no PCP ou como o relato de Ana Rita Gonçalves, ainda na fase da FAP/CMLP.

Entre Paris e Argel, são exemplos de uma pluralidade de experiências, de itinerários, de sensibilidades que justificam plenamente, creio eu, sublinharmos o plural que serve de título a este livro - Exílios. São exílios em diferentes países - França, Bélgica, Suécia, Dinamarca, Holanda, Grã-Bretanha, exílios políticos diferenciados, pertenças partidárias diversas frequentemente inconciliáveis e agressivas entre si.

São exílios operados por circuitos distintos, frequentemente a salto, uns saindo pela raia alentejana - fosse por Castelo de Vide, como Jorge Quintino, pelo Caia, como Carlos Brasão Dinis ou pela Amareleja como Luís Garro Marques; ou fosse mais a norte por Vilar Formoso, por Chaves ou pelo Gerês.

Parte-se para o exílio em diferentes momentos, antes ou depois da inspeção militar, antes da incorporação, antes ou depois da mobilização para a guerra. As narrativas do salto, da passagem de fronteiras, constitui parte substancial dos testemunhos publicados, reflectem o medo e a coragem, o esperado e o inesperado, a presença policial nos comboios internacionais, a incerteza quanto à reacção das forças policiais à chegada, o calor solidário nos países de acolhimento.

Registam-se episódios tocantes, como o da mesa e das cadeiras oferecidas por um argelino à Ana Rita Gonçalves e ao Rui d'Espiney, seu companheiro, ao constatar em Argel o ar desolado deles por não terem dinheiro para as comprar, sendo, para mais, opositores a Salazar, ou as moças que avisam Jorge Quintino da presença de carabineiros a controlar o movimento na estrada já do lado espanhol.

São depoimentos que não ignoram a realidade cá no interior do país, antes do salto. Depoimentos de estudantes, como o de Manuel Valente Tavares, que conta como enquanto estudante de Medicina nas lutas de 1968-70, para impedir a carga policial a cavalo na cidade universitária, deitavam berlindes no chão, para que os cavalos escorregassem.

Mas há depoimentos dos que provêm de meios operários e populares, como o de Luís Flípe Pereira, oriundo da Cova da Piedade, já operário nessa grande escola de resistência e de luta que foi o Arsenal do Alfeite, contando o episódio do grupo de operários que todos os anos fazia greve pelo 1º de Maio, a ponto da PIDE acabar por prendê-los preventivamente para que isso não se verificasse.

Mas, de um modo geral, concentrando-se principalmente no período entre 1969 e 1972-73, por todos eles transparece a desagregação do próprio regime, o efeito catalisador que nesse sentido exerce a guerra colonial. É sob o espectro da guerra e da mobilização para a guerra que um pouco por todo o lado, nos bairros ou a partir dos locais de trabalho, se constituem pequenos grupos de jovens, grupos de sociabilidade de proximidade, onde germina a vontade de recusar a guerra, de desertar.

Não é demais insistir na centralidade que a questão colonial exerceu na radicalização das oposições, cruzando-se com as acções de sabotagem contra o aparelho militar-colonial levadas a cabo pela ARA no navio Cunene, em Outubro de 1970 ou com a destruição dos helicópteros em Tancos, em Março de 1971; pelas Brigadas Revolucionárias, já em Fevereiro de 1974, contra o Quartel do Comando Territorial da Guiné, em Bissau ou pela LUAR, em Outubro de 1969, contra as

fragatas militares em construção nos estaleiros de Hamburgo por encomenda do governo português, que foi a primeira acção deste tipo contra a guerra colonial.

Este livro reúne efectivamente testemunhos de experiências muito diversas, diferentes modos de estar, diferentes actividades desenvolvidas no exterior, seja nas associações de desertores que pela primeira vez, e por via deste livro, como do anterior, são agora resgatadas à memória, assim como a intervenção nas associações culturais entre a emigração económica, no sentido da agitação, da mobilização e da consciencialização da emigração económica, com teatro, música, poesia e também trabalho político, naturalmente, edição de jornais, de comunicados, distribuições nas fábricas e constituição de grupos e células partidárias ou proto-partidárias.

Uma nota ainda sobre um aspecto novo trazido por este livro: O conjunto de testemunhos no feminino, ainda poucos, mas suficientemente significativos da importância que as mulheres tiveram não só na retaguarda, junto de namorados e companheiros, mas também na militância política, como está bem assinalado no testemunho da Maria Alberta Flores e como é amplamente desenvolvido pela Ana Benavente numa perspectiva pouco comum que aponta para o perfil machista e conservador que marcou sectores vastos da resistência ao fascismo.

Por todos estes motivos, este livro constitui um importante contributo para a memória da oposição ao fascismo e à guerra colonial. E nesse sentido mereceria que em edições futuras se incluíssem índices e notas biográficas que a jusante dos testemunhos permitam uma informação mais aprofundada sobre os testemunhos, permitindo perceber com mais detalhe quem são os actores referidos, que assuntos abordam e, cruzando-se, tornar a leitura mais dinâmica.

Não creio que o tema se tenha esgotado e continua a haver um amplo campo para novas edições com novos e mais diversificados testemunhos, com maior abrangência cronológica, evocando, por exemplo, outros que foram de importância fundamental na resistência à ditadura e até no acolhimento a esta geração mais nova de desertores e refractários, como é o caso, só para França, de Adolfo Ayala ou Maria Lamas, entre outros.

E, tal como em circunstância anterior referi, volto a sublinhar a importância de desenvolver projectos concretos de preservação e divulgação da memória dos exílios no espaço público, em diálogo com os investigadores na área das ciências sociais, mas fora dos preconceitos e das modas que dominam a Academia.

E, nesta apresentação, que mais dizer, do que apelar a que leiam o livro, porque, na vivacidade e na diversidade dos testemunhos, constitui uma fonte de memória em larga medida ignorada do grande público.

João Madeira Março 2019